



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1894854 - MG (2021/0140172-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : LEANDRO FELIPE SIQUEIRA
ADVOGADOS : CARLOS ALEXANDRE MEDEIROS DO NASCIMENTO
BARBOSA - MG172844
MANUELA LIMA TAVARES - MG173061
REQUERIDO : RÔMULO GARCEZ VIDIGAL
ADVOGADO : RÔMULO GARCEZ VIDIGAL - MG083175
INTERES. : GERALDO TADEU APARECIDO ROCHA
ADVOGADO : MARIANA MARANGON MENDES CALDEIRA - MG155949
INTERES. : GILVAN SANTOS DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : SERGIO VITORIO RODRIGUES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por LEANDRO FELIPE SIQUEIRA (fls. 488-492), após decisão que não conheceu de agravo em recurso especial (fls. 484-485).

Requer a tutela de urgência para que "proceda-se ofício no registro de imóveis e no DETRAN, tornado sem efeito e retirando a averbação de todos os bens do Executado" (fl. 491).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise preliminar, não está configurado o *fumus boni iuris*, porquanto esta Presidência já decidiu o próprio agravo em recurso especial, não conhecendo do recurso, diante de sua intempestividade. O pedido em questão, de cancelamento de averbação de veículo, não deve ser endereçado a esta Corte.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente